

“A tua mais completa tradução”: uma escola, uma região e uma interlocutora

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr.
UFPA

p. 462-480

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 20 • nº 3 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

TRINDADE JR., S.-C. C. “A tua mais completa tradução”: uma escola, uma região e uma interlocutora. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 3, p. 462-480, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.84539>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

“A tua mais completa tradução”: uma escola, uma região e uma interlocutora

Resumo

A Escola Uspiana de Geografia (EUG) tem-se destacado, entre outras razões, por lançar olhares interpretativos a diversas regiões brasileiras e sul-americanas, a exemplo do espaço amazônico, sistematizando uma compreensão particularizada da região. No interior dessa escola, vários têm sido os interlocutores que proporcionam um profícuo diálogo entre pesquisadores que estudam a Amazônia e o pensamento geográfico desenvolvido na Universidade de São Paulo (USP). Tendo em vista a importância desse pensamento, o presente trabalho discute a contribuição da professora Sandra Lencioni, uma das mais completas traduções do que se faz e produz na EUG. Tal contribuição é destacada no presente artigo levando em conta tanto sua produção intelectual como a orientação de teses e dissertações, que, à luz dos elementos que configuram o perfil da produção científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, definem uma leitura geográfica do espaço regional amazônico.

Palavras-chave: Universidade de São Paulo. Escola Uspiana de Geografia. Amazônia. Contribuição Intelectual. Sandra Lencioni.

“Your most complete translation”: a school, a region and a speaker

Abstract

Among other reasons, the Uspian School of Geography (USG) has highlighted to release interpretative views about several Brazilian and South American regions, like the Amazon region, to produce a particularized understanding of this region. Inside that, there are several interlocutors that provide a productive dialogue between researchers on Amazon and geographical thought developed at the University of São Paulo (USP). Given the importance of this thought, this study aims to consider the contribution of Sandra Lencioni, one of the most complete translations of what is done and what is produced inside the USG. This contribution is highlighted by her intellectual production and guidance of theses and dissertations, which in the light of elements that shape the profile of the scientific production of the Graduate Program in Human Geography from USP, define a geographical reading on the Amazon regional space.

Keywords: University of São Paulo. Uspian School of Geography. Amazon. Intellectual Contribution. Sandra Lencioni.

Introdução: sobre poetas (e intelectuais) de campos e espaços...

Sobre as águas, a casa flutuante pode mudar de lugar, vai navegando pelos rios, mas não se confunde com um barco, é lugar de morar, é uma moradia, um lar...

Sandra Lencioni, 2013

Na compreensão de uma região como a Amazônia, em que pese a dura e muitas vezes cruel realidade revelada pela análise científica, que tem se encarregado de mostrar recorrentemente a inserção dessa região em processos de reprodução ampliada do capital, subjugando homem e natureza regional, não deixa de haver espaço para o olhar, a reflexão e a linguagem poética, ao mesmo tempo leve e densa, presente em textos como o de Lencioni (2013a), em epígrafe, por meio do qual essa autora nos faz (re)conhecer a habitação e o morar ribeirinho de uma parte representativa da população dessa região.

Olhares como esses, compõem o perfil de leitura de uma escola do pensamento geográfico brasileiro que se tornou referência na interpretação científica não apenas de regiões como a Amazônia, mas de formações territoriais como a brasileira e de outros países, notadamente os da América Latina.

Como na letra de Caetano Veloso, diríamos que no interior dessa escola, surgem intelectuais e “poetas de campos e espaços”, que se debruçam e se preocupam em entender São Paulo. Mas, para além da metrópole paulistana e do espaço paulista, buscam também empreender esforços valorosos para avançar na compreensão geográfica de uma formação socioespacial mais ampla da qual também faz parte a própria região amazônica. É assim que, desde a década de 1930, a Escola Uspiana de Geografia (EUG) tem contribuído para interpretar o Brasil de um modo geral, e, particularmente também a Amazônia, mormente a partir dos anos 1960, quando se produziram as primeiras teses de geografia sobre essa região na Universidade de São Paulo (USP).

No interior dessa escola, têm sido vários os interlocutores que proporcionam um profícuo diálogo entre o pensamento geográfico uspiano e aquela realidade regional. Nesta oportunidade,¹ procuraremos destacar apenas uma dessas interlocuções, mas que, a nosso ver, representa uma das mais completas traduções dessa escola brasileira de geografia. Isso se deve não apenas ao simples fato de a autora, a qual procuraremos referenciar, ter completado toda sua formação como geógrafa na USP, mas sobretudo em razão de que o perfil de suas contribuições reflete muito particularmente o pensamento crítico, humanista e intelectualmente ancorado em noções, conceitos e categorias clássicas da geografia que configuram o pensamento geográfico uspiano.

Tudo isso é feito a partir de um olhar atual e focado em questões que tocam diretamente os problemas socioespaciais da formação territorial brasileira e latino-americana e que, para efeito da presente contribuição, tomar-se-á, como uma espécie de amostragem qualitativa, a região ama-

1 Este trabalho sistematiza discussões dos projetos de pesquisa “O urbano e o regional na compreensão geográfica do espaço amazônico: leituras e abordagens em perspectiva”, desenvolvido como parte de estágio de pós-doutorado na USP (2015-2016) e “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social”, sob nossa coordenação e responsabilidade; ambos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico. Nossos agradecimentos são extensivos a Júlio Cesar Suzuki, Cristiane Fernandes Oliveira e Isaque Sousa, que ajudaram com informações importantes para a composição do texto.

zônica, de modo a enfatizar a contribuição intelectual da professora Sandra Lencioni como uma das principais representantes da EUG. A inspiração nessa intelectual nos ajuda a levantar questões sobre a realidade amazônica, e alguns versos da música *Sampa*, de Caetano Veloso, a exemplo daquele que dá título a este trabalho, inspiram-nos a ver essa região a partir do lugar onde se constrói o pensamento de Sandra Lencioni: a cidade de São Paulo, e, mais precisamente, a USP.

Além da Ipiranga e da Avenida São João, uma escola de geografia

De forte influência europeia, o que estamos a chamar aqui de EUG, tem como marco fundador a presença de geógrafos franceses na USP como Pierre Monbeig; presença essa que marca os primeiros anos do curso de graduação em geografia da USP, criado em 1934, e considerado o primeiro dessa natureza no Brasil (Silva, 2012).

Entre os anos 1930-40, por exemplo, registrou-se a presença de dezesseis franceses no Brasil, treze dos desenvolveram atividades na USP (Silva, 2012). As pesquisas desenvolvidas na USP abordavam diferentes temas, como aqueles de geografia humana, que desde logo mostraram-se de grande interesse para as questões específicas da geografia brasileira da época. A presença desses professores nas universidades brasileiras imprimiu aquilo que Silva (2012) chamou de “modo francês de se fazer a ciência geográfica” no Brasil, do qual a USP é um dos melhores exemplos.

Essa forma de fazer ciência, portanto, definiu significativamente o perfil do pensamento geográfico uspiano que, por sua vez, passou a influenciar, igualmente, grande parte da produção geográfica brasileira. Trata-se de uma importante escola influenciada pelo pensamento europeu no Brasil, mas focada em questões ligadas à formação territorial brasileira e latino-americana desde a sua origem, quando da chegada de seus fundadores, que iniciaram estudos sobre o estado de São Paulo e o Brasil, inclusive a Amazônia, região, que, em larga medida, foi inicialmente interpretada por essa escola na perspectiva da chamada *geografia tropical*, com marcas das contribuições do geógrafo francês Pierre Gourou (Silva, 2012).

A preocupação com as bases teóricas e com a construção de uma metageografia também parece ser uma das marcas dessa escola; postura esta enfatizada de diversas maneiras em contribuições como a de Monteiro (1980), Carlos (2011) e Santos² (apud Contel, 2014). Trata-se de uma construção assentada em uma preocupação da geografia que não se fecha em si, mas que, nem por isso, fragiliza a sua identidade, que se supera do ponto de vista meramente instrumental e que se coloca como contraponto a uma postura científica mais pragmática, modelística, pautada na lógica formal e em estudos empíricos de enfoque meramente pontuais.

Como parte desse esforço, o perfil do conhecimento geográfico produzido no interior da USP traz a preocupação clara de um diálogo interdisciplinar, mas nem por isso desancorado de categorias e conceitos herdados da geografia clássica; só que, desta feita, teoricamente instrumentalizados por uma perspectiva crítica de geografia, voltada para uma leitura contemporânea de questões socioespaciais e territoriais, sempre relativas às demandas, questões e problemas brasileiros e latino-americanos.

2 SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1996); *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* (1991); *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (1990); *Metamorfoses do espaço habitado* (1988), todos publicados em São Paulo, pela Hucitec.

Esse perfil se explica, em grande parte, por sua tradição humanista de formação, intrinsecamente articulada a uma densidade filosófica, crítico-reflexiva, que concebe a geografia e suas questões inseridas nas ciências da sociedade. É assim que não está ausente das contribuições oriundas dessa escola a retórica política, que, por sua vez, não se desvincula das bases científicas do fazer geográfico e de negação da neutralidade do conhecimento sobre o espaço e o território, tratados em sua multidimensionalidade econômica, social e política.

Tal perfil tem alçado a EUG a uma influência e capacidade de nucleação que a projeta não apenas em nível nacional, mas, igualmente, em nível internacional. Não obstante seu epicentro de produção estar sediado na cidade de São Paulo, sua inserção extrapola muito os limites do estado, fazendo-se presente em diversos centros de ensino e de produção científica do território brasileiro e latino-americano. Para a primeira escala de inserção, gostaríamos de destacar aqui a contribuição dessa escola na interpretação e discussão de temas e questões relativas às particularidades regionais da Amazônia, e isso será feito por meio do diálogo que se tem estabelecido por uma de suas principais interlocutoras.

“Da força da grana que ergue [se expande] e destrói coisas belas”: leitura geográfica de um país e de uma região

Conforme sustenta Simoni Santos (2015), a urbanização brasileira se estendeu no tempo porque se pôde estender no espaço, configurando-se também como uma urbanização expandida no território brasileiro, que, assim, absorveu lucrativamente os excedentes frequentemente gerados na economia brasileira. Essa forma difusa e expandida da urbanização para o conjunto do território brasileiro, aí incluso o espaço amazônico, só foi possível com o aval de um Estado desenvolvimentista que criou condições para essa expansão em nível do território nacional. Tal expansão se coaduna hoje com um novo momento da centralização geográfica do capital, que se manifesta também nas metrópoles, recriando as velhas centralidades, produzindo outras, e promovendo, em consequência, a intensificação geográfica do capital e que, na era das finanças mundializadas, passa a compor o centro das estratégias de acumulação (Simoni Santos, 2015).

Interpretações como essas, voltadas para a totalidade de processos socioespaciais que se expressam em nível metropolitano paulista, mas que não prescindem da compreensão da formação territorial brasileira, é que têm levado as pesquisas produzidas no interior da USP a um esforço de interpretação de diferentes regiões do país. Tal preocupação não é algo recente. A Amazônia, por exemplo, tem recebido atenção de trabalhos dessa escola desde a sua gênese, influenciados por contribuições como a de Pierre Monbeig, a respeito da expansão da frente pioneira no Brasil, como bem retrata sua obra sobre esse tema (Monbeig, 1984).

Grande parte das dissertações e teses que tratam da Amazônia e que foram concebidas no interior do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da USP, concebe a Amazônia como parte da dinâmica e do movimento da frente pioneira que se propagou a partir do estado de São Paulo, ou, ainda, como uma fronteira socioeconômica de expansão capitalista no território brasileiro. Trata-se de uma leitura teórico-interpretativa do Brasil, que concebe aquela região como integrante de uma formação territorial maior, configurada no interior dessa mesma formação, ora como região geoeconômica, ora como região geopolítica.

Ainda que as interpretações da Amazônia no interior dessa escola não sejam necessariamente iguais, não se trata, entretanto, de interpretações que se conflitam; antes, colocam-se como olhares em perspectiva, que se completam e que ressaltam a leitura do espaço regional com base em uma ou outra categoria de análise da geografia.

Desde a primeira tese defendida no PPGH-USP, em 1963, até a mais recente, do fim de 2015, somam-se 161 trabalhos que buscam contribuir a propósito do espaço amazônico e que espelham, de uma forma ou de outra, o pensar geográfico dessa escola a respeito dessa região, marcada pela diversidade e complexidade e cuja interpretação sugere sempre olhares em perspectiva, posto que o recorte regional é, sem dúvida, uma questão de escala e exprime também uma dada problemática espacial a partir do ângulo e da interpretação de quem procede a esse recorte e o representa para si e para os outros.

A Amazônia é, assim, tratada na EUG, não apenas a partir de um olhar, mas de olhares de grupos de investigação e de produção científica que, mesmo diferentes, parecem se complementar na compreensão de uma região diversa e complexa, conforme já pontuamos. Por isso, não deixa de ser importante o número de publicações, dissertações e teses, no campo da geografia humana, na USP, que tratam a Amazônia do ponto de vista urbano-regional, baseadas em diferentes abordagens dessa escola ou de outras contribuições dela derivadas.

Dentro do PPGH, a maior parte dos estudos se volta para a geografia agrária, seguida da geografia urbana e da geografia política (Quadro 1).

Quadro 1 – PPGH-USP: teses e dissertações sobre a Amazônia por subárea (1963–2015)

n. de ordem	subáreas	n. de trabalhos
1	geografia agrária	49
2	geografia urbana	38
3	geografia política	32
4	geografia econômica	14
5	geografia da população	8
6	geografia do turismo	6
7	geografia cultural	5
8	planejamento urbano e regional	5
9	ensino de geografia	3
10	geografia da saúde	1

fontes: PPGH-USP (2015) e USP (2016).
organização: Saint-Clair Trindade Jr.

Dos temas mais recorrentes, destacam-se aqueles que tangem principalmente à “estrutura, atividades e questões agrárias”, seguidos dos relativos às “cidades, urbanização do espaço e centralidades urbano-regionais” e ao “meio ambiente, recursos naturais e políticas socioambientais”. Outra sequência de grupos de temas abordados nas teses e dissertações são: “atividades, fluxos e formação econômica do espaço regional”, “Estado, políticas territoriais

e estratégias de integração regional”, “estrutura, agentes e dinâmicas intraurbanas”, “perfil, mobilidade e questões populacionais” e “espacialidades, territorialidades e modos de vida de populações tradicionais” (Quadro 2).

Quadro 2 – PPGH-USP: teses e dissertações sobre a Amazônia por grupo temático (1963-2015)

n. de ordem	grupo temático	n. de trabalhos
1	estrutura, atividades e questões agrárias	36
2	idades, urbanização do espaço e centralidades urbano-regionais	13
3	meio ambiente, recursos naturais e questões socioambientais	12
4	atividades, fluxos e formação econômica do espaço regional	9
5	Estado, políticas territoriais e estratégias de integração regional	9
6	estrutura, agentes e dinâmicas intraurbanas	9
7	perfil, mobilidade e questões populacionais	9
8	espacialidades, territorialidades e modos de vida de pop. tradicionais	9
9	formação, dinâmica e fragmentação político-territorial	8
10	espaço, memória e cultura	8
11	região, globalização e integração dos lugares	7
12	infraestrutura, serviços e políticas urbanas	6
13	atividades, serviços e políticas de turismo e lazer	5
14	fronteiras políticas, controle e cooperação internacional	5
15	planejamento, gestão e desenvolvimento territorial	5
16	metropolização, espaços metropolizados e regiões metropolitanas	4
17	espacialidades, representações e cartografias temáticas	4
18	práticas socioespaciais, ensino e formação de professores	3
total		161

fonte: PPGH-USP (2015) e USP (2016).
organização: Saint-Clair Trindade Jr.

A contribuição das pesquisas orientadas, que trazem consigo abordagens teórico-metodológicas trabalhadas pelos respectivos orientadores, sinalizam para um perfil da leitura de Amazônia que vem sendo construída pela EUG. Na geografia agrária, os professores Arioaldo Umbelino de Oliveira e Iraci Palheta apresentavam o maior número de orientações sobre a Amazônia no interior do PPGH-USP até 2015; na geografia urbana e discussões afins, a professora Sandra Lencioni é a que tem apresentado mais orientações sobre a região, com trabalhos que se situam nos seguintes grupos temáticos: “metropolização, espaços metropolizados e regiões metropolitanas”, “idades, urbanização do espaço e centralidades urbano-regionais”, “infraestrutura, serviços e políticas urbanas”, “espaço, memória e cultura” e “planejamento, gestão e desenvolvimento territorial”.

E é justamente sobre esta última professora que gostaríamos de refletir a respeito de sua contribuição, como interlocutora, entre a EUG e os estudos urbano-regionais por ela orientados e que enfocaram a realidade regional amazônica.

Integrante de duas linhas de pesquisa no PPGH-USP, “geografia da cidade e do Urbano”³ e “território, economia e dinâmicas regionais”,⁴ a professora Sandra Lencioni, ao longo de sua trajetória de pesquisa e de orientação acadêmica tem se preocupado, entre outros temas, com: (a) as transformações que passam a acontecer no espaço regional e suas relações com os processos de urbanização, a exemplo de seu estudo do mestrado (Lencioni, 1985), (b) as dinâmicas e formas de configuração das metrópoles, a exemplo da análise realizada em sua tese de doutorado (Lencioni, 1991); c) a teoria regional e os processos de regionalização e sua relação com a história do pensamento e a epistemologia da geografia, tema que discutiu em sua tese de livre-docência (Lencioni, 1999), (d) a produção social do espaço e sua relação com a difusão da sociedade urbana, tal como desenvolveu em várias pesquisas e publicações recentes. Sobre esses temas de interesse e a produção geográfica sobre a Amazônia sob sua orientação é que buscaremos mostrar aqui sua contribuição ao conhecimento que se tem sistematizado sobre essa região.

Entre oficinas e florestas: contribuições para uma interpretação geográfica da Amazônia desde a cidade de São Paulo

Ao se preocupar com temas relativos à urbanização e à região – processos de modernização no campo e sua relação com as cidades, papel da indústria na estruturação de espaços, processos de metropolização e espaços metropolizados, natureza da região e de seu desenvolvimento desigual, populações tradicionais e suas relações com a sociedade urbana –, Sandra Lencioni abre um leque de possibilidades de diálogo dentro e fora da USP, diálogos esses que alcançam pesquisadores que procuram compreender o espaço amazônico, essa emblemática região brasileira e sul-americana que tem chamado a atenção, em grande parte, de determinados grupos de pesquisa da EUG, a exemplo do Laboratório de Estudos Regionais em Geografia (Lergeo), fundado pela pesquisadora.

Suas preocupações do ponto de vista da pesquisa científica enfocaram importantes temas, cujos trabalhos elaborados se tornaram marcos de suas reflexões e de referência para a geografia brasileira. É o que acontece, por exemplo, quando, ainda na década de 1980, na sua dissertação de mestrado, Lencioni (1985) buscou romper com a falsa dicotomia rural-urbano, elegendo como tema de pesquisa a relação entre agricultura e urbanização.

3 Essa linha de pesquisa se propõe a analisar de criticamente a produção do espaço urbano num período em que a modernização capitalista tende a se impor em todos os lugares do território brasileiro. Assim, trata dos fundamentos e das contradições sociais desse processo, desdobrando a crítica à formação do valor e do trabalho abstrato. Considerando que o estudo do processo de urbanização permite identificar as condições concretas de formação e funcionamento das cidades, os trabalhos dessa linha contribuem também para revelar as contradições entre as práticas institucionais e as dos movimentos sociais urbanos por melhores condições de habitação, trabalho, transporte, educação e cultura. A perspectiva crítica do estudo das cidades e do urbano da linha leva ainda à compreensão do cotidiano, das políticas públicas, dos processos sociais e dos usos do espaço que caracterizam a urbanização latino-americana e brasileira em suas diferentes escalas (local, metropolitana, regional, nacional e global) (PPGP-USP, 2016).

4 Essa linha de pesquisa enfatiza a dimensão socioespacial da economia e da política. Analisada sob diversas abordagens teóricas, a reconfiguração do território e a dinâmica dos fluxos de toda ordem são relacionadas à reestruturação produtiva e às mudanças nos processos de trabalho, particularmente no que tange às resultantes dos enfrentamentos da crise capitalista no mundo contemporâneo. Com isso, busca-se destacar a necessidade de desenvolvimento de pesquisas sobre as transformações na produção e circulação, as migrações, o turismo, a mobilidade do trabalho e a divisão territorial do trabalho que possibilitam a compreensão da dinâmica urbana e regional (PPGP-USP, 2016).

A propósito desse trabalho, pioneiro e inovador para a época no âmbito da geografia humana brasileira, a autora realizou importante análise que buscou valorizar o ponto de vista histórico e que reconstruiu não apenas empiricamente, mas também teoricamente, as referências da discussão sobre a noção de lugar e de região de um ponto de vista geográfico (Lencioni, 2004a).

Por meio de uma realidade observada no interior do estado de São Paulo – Jardinópolis, na região de Ribeirão Preto –, analisou processos de mudança nas relações de trabalho no campo, buscando entender seus impactos em cidade de pequeno porte; processo esses que implicaram no empobrecimento da população local. Contribuiu, assim, para a discussão da inserção dos lugares na divisão territorial do trabalho, bem como para a análise do desenvolvimento das relações sociais no campo e na cidade, que foram pensados como unidade em face do processo de produção social do espaço (Lencioni, 2004a).

Não por coincidência, sua primeira orientação de mestrado no interior do PPGH-USP se deu a partir de temática semelhante. Nessa primeira orientação, também se iniciou a oportunidade de interlocução com autores interessados em discutir a Amazônia. **É assim que o trabalho de Suzuki (1997), sobre a Amazônia mato-grossense**, traduz, em boa parte, uma das primeiras discussões empreendidas por Lencioni na sua trajetória acadêmica. Ao desvendar o processo de urbanização de Rondonópolis-MT, o autor busca superar o reducionismo das análises demográficas e incorpora em suas reflexões a expansão da propriedade privada, responsável por definir a transição do rural ao urbano e de povoado a cidade.

Remete a análise **às múltiplas temporalidades que dão sentido à (re)criação** de condições necessárias ao desenvolvimento de atividades produtivas, à semelhança do que fizera Lencioni (1985) para o interior do estado de São Paulo. Com isso, mostra que a contribuição da autora, dada na década anterior a seu trabalho, não se restringia a uma simples evidência empírica de um processo em curso, mas também sugeria uma discussão teórica e metodológica já anunciada na época e que ajudava a pensar processos semelhantes em outras regiões brasileiras, a exemplo do que vinha acontecendo com a Amazônia mato-grossense.

Categorias marxistas como capital, terra e trabalho, mediadas pela ação do Estado e pela propriedade privada da terra e pelas relações capitalistas de produção, também estão presentes nessa primeira orientação, aproximando-se, portanto, de um perfil de interpretação e de leitura geográfica da sociedade que sempre estiveram presentes na trajetória intelectual de Lencioni como pesquisadora.

Influência similar é constatada em outras orientações inspiradas em sua tese de doutorado, também tida como um marco importante nos estudos geográficos no Brasil, ao procurar entender, no fim dos anos 1980 e início dos 1990, o processo de metropolização em curso no território nacional, e especialmente no estado de São Paulo. Nesse momento, são a indústria e a forma-conteúdo metropolitana na contemporaneidade que passam a merecer-lhe a atenção.

Na tese de doutorado, na qual discutiu as transformações urbanas a partir das transformações da indústria no estado de São Paulo, Lencioni (1991) sustentou que, para além das inovações tecnológicas e do desenvolvimento da produção flexível, a reestruturação industrial em São Paulo associava-se à dispersão dos estabelecimentos fabris e à precarização do trabalho, concomitantes aos processos de concentração e centralização do capital, responsáveis por aprofundar a natureza desigual do desenvolvimento brasileiro e conformar uma metrópole ampliada e dispersa.

Alguns trabalhos sobre a metropolização na Amazônia foram inspirados nesse raciocínio, como também em outros que a partir dele se desdobraram. Como a primeira dissertação, a primeira tese orientada por Sandra Lencioni na USP também foi sobre a Amazônia. Trata-se de um doutorado sobre o processo de metropolização de Belém, por meio do qual Trindade Jr. (1998) demonstra claras inspirações nos estudos de Lencioni para o estado de São Paulo, mas que, do ponto de vista teórico, sugeriam compreensões mais universais, para além dessa unidade da federação brasileira, portanto.

Em sua tese sobre Belém, Trindade Jr. (1998) reafirma a existência do primado metropolitano, feita também por Lencioni para São Paulo, só que, desta feita, com o olhar focado em outra realidade regional, caracterizada por flagrantes particularidades: a Amazônia oriental. Nessa análise foi enfatizada, igualmente, a primazia do espaço metropolitano, responsável por conformar, no caso belenense, uma metrópole dispersa, em substituição a um modo mais compacto e confinado, presente no primeiro momento da metropolização. A respeito dessa tese, diz Lencioni (2016, [s. p.]):

A interpretação dessas transformações da metrópole deixa claro que os dois momentos assinalados não são excludentes. Tanto a urbanização é concentrada nos dias atuais, quanto o crescimento periférico não é nenhuma novidade. A formulação desses dois momentos procura interpretar a transição histórica da determinação de uma forma espacial compacta para uma forma espacial dispersa. Dispersão e concentração são compreendidos, assim, como par dialético relacionado aos processos socioespaciais.

Buscou-se, destarte, chamar a atenção para o processo de desconcentração, responsável pela nova conformação da metrópole belenense, e fruto de uma dinâmica que considerou o espaço uma força necessária a processos que se apresentavam em nível macrorregional. A desconcentração foi, assim, discutida a partir de duas escalas. A primeira referia-se ao plano regional, mostrando-se que a dinâmica socioespacial amazônica não prescindia da urbanização concentrada e de um processo de metropolização ainda em curso; interpretação esta muito próxima da que fora feita por Lencioni (1991, 1994b, 1997) para o estado de São Paulo.

Outra escala enfatizada referia-se ao espaço intraurbano e metropolitano, que se configurava não só por um maior adensamento populacional e de verticalização nas áreas centrais, mas estendendo-se em vetores de expansão por diferentes tipos de assentamento residencial de uma população de baixa renda, dando sentido à cidade dispersa, expressão esta que também nomeou a tese defendida. Nesse caso, demonstrou que os limites administrativos da metrópole tinham pouco a ver com a dinâmica socioespacial verificada e que a dispersão se apresentava como condição ratificadora da concentração populacional na região urbana de Belém. Inspirado em Lencioni (1991), considerou a dispersão e a concentração um par dialético dos processos socioespaciais conformadores da desconcentração metropolitana. São premissas inspiradoras desse raciocínio:

Em si mesmo, o primado metropolitano, este reforço da metropolização, não significa apenas igualdade, mas também, diferença, na medida em que se gestam hierarquias nesta homogeneização que ressitua as várias cidades da metrópole

desconcentrada. A não compreensão dessas novas relações socioespaciais não só conduz a uma interpretação que equaliza, divide e contrapõe o espaço da capital ao de seu entorno, como também concebe o processo em andamento apenas em termos de descentralização (Lencioni, 1991, p. 54-55).

A mesma interpretação da metropolização se desdobra em outros trabalhos em nível de doutorado, também sob sua orientação e cujas referências empíricas foram, desta feita, a Amazônia ocidental, onde se situa Manaus.

No primeiro deles, Sousa (2013) mostra que as dinâmicas socioespaciais que ocorreram nos municípios de Iranduba e Manacapuru, no Amazonas, nos últimos anos, decorreram das ações do Estado, do capital e de processos macrorregionais. Esses municípios, situados próximos de Manaus, vivenciaram profundas mudanças⁵ devido à criação da Região Metropolitana de Manaus (RMM) e à construção da ponte sobre o Rio Negro, ligando Manaus a Iranduba. Ambas foram postas pelo poder público como fundamentais para a instalação de infraestrutura nos municípios circunvizinhos da capital e, assim, anunciadas como estratégicas para o desenvolvimento da região. A partir da observação e acompanhamento dos eventos, o autor busca compreender como e por que ocorreu o processo de reestruturação do espaço naquela região.

O discurso de que, como ações do Estado, a RMM e a ponte sobre o Rio Negro visavam fundamentalmente o desenvolvimento econômico e social da região, não se confirma, pois, segundo a pesquisa realizada, a instalação de novas infraestruturas e todo o processo de reestruturação do espaço constituíram-se essencialmente em adequações no território e das relações sociais a uma reprodução ampliada do capital em nível local. Mais uma vez aqui, a necessidade de compreender a relação entre infraestrutura e produção do espaço capitalista é mediada pela compreensão da dinâmica metropolitana, da qual a construção da ponte sobre o Rio Negro não é apenas resultado, mas também indutora (Sousa, 2013). Sobre esse trabalho, comenta Lencioni (2015, [s.p.]):

Seu ponto de vista é o de que a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus serviu como estratégia de reorganização do espaço regional e que a ponte sobre o Rio Negro permitiu a expansão urbana e dinamizou o mercado imobiliário para além do município de Manaus. Acima de tudo, essa bela ponte, instrumento que facilita a travessia das águas negras fluviais, é também instrumento de afirmação de uma região metropolitana que se constitui primeiro na escrita e, posteriormente, em ato.

Assim, a forma da metrópole e o processo de metropolização que, na Amazônia ocidental, são produzidos e induzidos ao mesmo tempo com a difusão da sociedade urbana nos arredores de Manaus, buscam ser compreendidos pelo autor à luz de reflexões de Lencioni em diversos trabalhos (Lencioni, 1997, 2006b, 2007) que subsidiam o entendimento teórico da

⁵ As mudanças no sistema de transporte decididas à substituição do modal rodofluvial para o rodoviário foram as mais expressivas na realidade enfocada. Elas estimularam outras transformações, visíveis no uso e na apropriação do espaço. Além da expansão das atividades de comércio e serviços, a valorização da terra e o crescimento do mercado imobiliário também foram produtoras e resultantes desse processo de reestruturação do espaço urbano-regional (Sousa, 2013).

particularidade do conteúdo socioespacial metropolitano, seus limites regionais e suas transformações socioterritoriais contemporâneas, bem como a relação entre a cidade e sua região e entre sociedade e território.

Em discussão semelhante, Lima (2014) analisou o processo de metropolização do espaço na Amazônia ocidental, mas com especial ênfase na institucionalização da Região Metropolitana de Manaus (RMM), mencionando elementos políticos, jurídicos e ideológicos que induzem ao processo atual de metropolização. O papel do Estado e do setor imobiliário são vistos como parte desse processo que configura a região metropolitana antes mesmo da metropolização propriamente dita, mostrando, à semelhança de Lencioni (1991), dimensões distintas entre o referido processo e o de criação, em termos formais, de regiões metropolitanas:

A metrópole desconcentrada é processo e produto do desenvolvimento desigual que ao diferenciar espaços ao mesmo tempo tende a homogeneizá-los. Convém lembrar que a metrópole se desenvolve se adensando, verticalizando, estendendo, expandindo; por isso tendo pouco a ver com os limites administrativos, e muito com a constituição de um conteúdo que a define como espaço metropolitano. Este conteúdo se concretiza na aglomeração metropolitana pela difusão das condições gerais de reprodução, tanto materiais como sociais. A possibilidade desta homogeneização é a virtualidade de consolidação da primazia da metrópole (Lencioni, 1991, p. 54-55).

É com essa preocupação analítica que, em seu trabalho, Lima (2014) também estabelece um diálogo com Sandra Lencioni, especialmente no que se refere às noções de metrópole e de metropolização (Lencioni, 2006a, 2006b), aos processos e estratégias de concentração do capital (Lencioni, 2008), à fetichização da natureza (Lencioni, 2011) e à ideia de espaços metropolizados (Lencioni, 2013b).

Considera Lima (2014) que o processo de metropolização se faz constatar apenas em uma pequena porção do espaço que foi institucionalizado como região metropolitana. Assim, afora Manaus, apenas no município de Iranduba é possível perceber a intensidade das ações do Estado e do setor imobiliário como agentes da metropolização do espaço; processo este que, por seu turno, não ocorre em todos os lugares daquela que se constitui, nas palavras do autor, uma região metropolitana de dimensões territoriais superlativas.

Exemplifica, ainda, a situação do município de Careiro da Várzea, que não faz parte desse processo, mesmo estando próximo de Manaus e sendo um dos municípios da metrópole formalmente definida e constituída para atender, em primeiro plano, a interesses de natureza principalmente política. É assim que elementos discutidos em diversos trabalhos de Lencioni (1991, 2006a, 2006b, 2008, 2013b) subsidiam a análise do gigantismo da RMM, um formato metropolitano singular, que o trabalho de Lima (2014) nos faz ver ao revelar elementos da regionalização metropolitana na Amazônia, especialmente de sua porção ocidental, com todas as contradições e discursos que configuram a produção do espaço da cidade de Manaus e entorno.

Ainda sobre Manaus, mas cotejando com outra cidade paulista (Limeira), Oliveira (2007), também sob a orientação de Sandra Lencioni, foca em sua tese as concessões dos serviços de saneamento básico, obtidas pelo grupo transnacional Suez S.A, uma empresa com crescente participação

no mercado acionário contemporâneo. Para Manaus-AM, a autora estabelece a relação entre as concessões e as novas estratégias de negócios daquele grupo em uma cidade caracterizada pela abundância de água. Na análise, a expansão do grupo **é contraposta à retração do** investimento em serviços de saneamento básico no âmbito local. A defesa dos interesses do grupo por parte das suas concessionárias, com o intuito de obtenção de lucros e rendimentos, contribui não apenas para a manutenção da condição de exclusão aos serviços de saneamento básico, como também para o comprometimento do meio ambiente e da saúde pública, onerando e fragilizando ainda mais o Estado, já que é este quem acaba por assumir as **consequências dos déficits** em saneamento.

Ao caso da atuação do grupo Suez em Manaus-AM, aplica-se principalmente a compreensão da configuração da rentabilidade dos serviços de saneamento. E é assim que se entreveem as reflexões de Sandra Lencioni sobre as novas dinâmicas urbanas do mundo hodierno em discussões de Oliveira (2007) sobre a influência das relações rentistas na valoração econômica da água e das novas relações na dinâmica de valorização espacial, que permitem associar o papel impositivo da rápida velocidade dos fluxos de informações às decisões e à configuração dos aglomerados empresariais no mundo contemporâneo.

Instrumentalizam a discussão categorias da análise marxista como hegemonia, monopólio, reprodução ampliada do capital, renda, valor, escassez e centralização. Essa instrumentalização analítica **é articulada** a outras, como a de metropolização do espaço (Lencioni, 2003a) e a de centralização da gestão (Lencioni, 1994a), que dão conta do entendimento dos processos de urbanização e de metropolização, vistos como condições de realização do capital no mundo contemporâneo.

Partindo dessa referência teórica, Oliveira (2007) defende que a lucratividade e a alta rentabilidade das grandes corporações nos serviços de saneamento básico se viabilizam por meio de transações financeiras que envolvem fusões e incorporações, captação de novos investimentos e crescimento das ações do grupo na bolsa de valores, em detrimento de investimentos na melhoria dos próprios serviços sanitários. Essa rentabilidade seria garantida, portanto, mais pela inserção das empresas em um sistema de rede de comunicações e financeira do que por sua capacidade de produzir serviços de qualidade; leitura essa que acaba por revelar o processo de empobrecimento e de exclusão de serviços em Manaus, esta que é considerada a metrópole da Amazônia ocidental.

No plano da relação cidade-região, Sandra Lencioni orienta três trabalhos sobre a Amazônia: o de Amaral (2011), o de Valle (2013) e o de Costa (2013). Em Amaral (2011), a preocupação é a da relação que se estabelece entre metrópole (Belém) e cidades não metropolitanas da Amazônia oriental (Marabá-PA e Macapá-AP). Contrapondo-se a trabalhos convencionais sobre o tema, normalmente apoiados em esquemas argumentativos de base piramidal e de concepção métrica a respeito dos territórios, busca argumentar o autor que houve uma mudança na relação estabelecida entre a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental nas últimas décadas. Isso aconteceu em razão da forma difusa com que se fizeram os investimentos públicos e privados na região, promovendo a passagem da simples urbanização da população à urbanização do território.

Entende, entretanto, que essa mudança não significou perda de importância da metrópole dentro da região. À semelhança de Lencioni (1991), o primado metropolitano é sustentado por meio da teoria da produção social do espaço, mostrando que o que de fato ocorreu foi uma

mudança na natureza da relação entre metrópole e região, na medida em que algumas cidades passaram a desempenhar o papel de cidades médias e a estabelecer relações cuja mediação nem sempre se faz a partir da metrópole regional, permitindo que se avance na discussão sobre metropolização do espaço (Lencioni, 2004b, 2004c).

Para esse entendimento, questiona a ideia de polo e de área de influência, para, no lugar disso, sugerir uma interpretação pautada na complexidade de redes (Lencioni, 2006c), que subverte a tradicional compreensão da hierarquia entre os lugares. Nessa discussão, contrapõe-se à ideia de desmetropolização e sustenta conceitos como “espaços metropolizados” e “espaços não metropolizados”, apresentados por Sandra Lencioni, não apenas para analisar a reestruturação socioespacial, como também para conceber a nova relação cidade-região:

○ processo de metropolização do espaço imprime ao território características que no passado eram específicas da concentração metropolitana. Espaços se metropolizam e podemos distinguir: espaços metropolizados e espaços não metropolizados (Lencioni, 2004b, p. 74).

Insera também em sua argumentação, a partir da mesma autora, as noções de proximidade territorial e de proximidade relativa (Lencioni, 2006a); a tese da primazia da metrópole no controle e gestão territorial (Lencioni, 2003b); a contraposição à ideia de descentralização em favor da desconcentração (Lencioni, 1991); e a discussão de limites territoriais da dispersão enfatizando a maior dispersão das empresas que usam intensivamente a mão de obra e a menor dispersão das que usam intensivamente a tecnologia (Lencioni, 2003a).

É assim que as relações da metrópole de Belém com Marabá e Macapá são entendidas, levando em conta o processo de concentração e centralização do capital que atingiu o país e que reestruturou toda a sua dinâmica urbana em vários planos, conforme exemplifica para a Amazônia oriental a partir daquelas duas cidades estudadas nas suas relações com Belém.

A relação cidade-região também está presente na tese de Valle (2013), que se volta para a dinâmica urbana de Manaus no contexto regional em um dado período de sua história (1910-1970). Nesse trabalho, o autor discute os processos de ocupação da Amazônia, do estado do Amazonas e de Manaus, questionando as razões para que, nesse processo, apareça uma história construída em fragmentos, com flagrantes lapsos de memória e esquecimentos de determinados momentos de sua formação socioespacial.

A estagnação, a perda de população, os fluxos populacionais em situação de miséria e o discurso da crise são apontados como retóricas construídas a partir da confusão entre modernidade e capitalismo por parte das elites, que relegam ao esquecimento a existência de uma vida social e de uma diversidade econômica da cidade considerada decadente.

Essa problematização é trabalhada por meio de categorias e noções que, em grande medida, estão presentes na EUG e que fazem parte do repertório teórico-conceitual discutido no interior do Lergeo, com destaque para aquelas de fundamentação lefebvrea tais como “ordem próxima” e “ordem distante”, “contradições e usos do espaço”, “penumbra” e “opacidade”, “permanência” e “ruptura”, “cidade política” x “cidade econômica”, todas mobilizadas pela análise de Valle (2013).

A essas noções, bastante presentes na orientação teórico-metodológica de Sandra Lencioni, são associadas outras, como a de conjunção da acumulação primitiva com a reprodução do capital (Lencioni, 2012). Aquela não ficou no passado, sendo ainda um processo atuante na sociedade contemporânea, conforme se observa no sistema de aviamento, tido como uma permanência nas relações que se estabelecem na dinâmica socioespacial amazônica, assim como a interpretação da noção de metrópole (Lencioni, 2006b), que também é referenciada pelo autor em sua análise nos lapsos de memória na relação cidade-região a partir do discurso da Manaus em crise e da estagnação após o *boom* econômico da borracha.

Por fim, para além da Amazônia metropolitana e de grandes cidades, tem-se também a interlocução de Sandra Lencioni com a Amazônia ribeirinha. Essa interlocução se deu pela coorientação do trabalho de Costa (2013) sobre a relação entre as políticas de desenvolvimento regional e as particularidades da região do Baixo Tocantins, no Pará. Não obstante a participação restrita a poucas lideranças, a institucionalização dos movimentos sociais e a presença ainda fortalecida de relações tradicionais – como o assistencialismo e o clientelismo –, a proposta de desenvolvimento a partir das bases apresenta maiores condições de ajustar-se às particularidades regionais dessa sub-região ribeirinha, conforme vaticina a autora (Costa, 2013).

A discussão do Baixo Tocantins é ancorada em noções como a de desenvolvimento geográfico desigual – presente em autores como David Harvey e Neil Smith –, assim como na de espaço socialmente produzido e multidimensional, em que remete a Lefebvre. Tais pressupostos analíticos revela a imersão da autora em perspectivas teóricas presentes no Lergeo, sob a orientação de Sandra Lencioni, para quem o recorte regional é tido como “uma questão de escala e exprime diretamente a particularidade da geografia no seio das ciências humanas, que é de conter uma problemática espacial” (Lencioni, 1999, p. 29).

É assim que Costa (2013) elege o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PPDJUS) para discutir o planejamento e a gestão regional, considerando limites e possibilidades da participação popular, a articulação entre as escalas municipal e regional e, também, a concepção de desenvolvimento proposta no plano e sua consonância com as particularidades regionais ribeirinhas.

A mesma inspiração leva Costa (2013) a dialogar com a discussão das linhas de pesquisa em que se insere Lencioni no interior do PPGH-USP, criando mais uma boa ponte entre aquilo que se produz nesse programa e a interpretação de uma sub-região que, mesmo distante desse centro de produção acadêmica, está próximo do entendimento daquilo que é sugerido como pressuposto de compreensão da construção geográfica do território brasileiro.

O olhar ribeirinho que orienta esse diálogo com o Baixo Tocantins se mostra igualmente em relação ao Baixo Amazonas e está presente em *Habitação ribeirinha na Amazônia*” (Lencioni, 2013a), obra que traduz em grande medida, de forma ao mesmo tempo crítica, densa e leve, a capacidade de leitura de uma região feita por alguém que, ainda que esteja fora dela, apreende com perspicácia elementos importantes de suas particularidades e de sua inserção em outras escalas geográficas e que não podem ser desconsiderados quando se procura vê-la em sua totalidade.

Por meio desse texto de Lencioni (2013a), não se leem apenas a casa ou a habitação, mas, por meio delas, o próprio homem ribeirinho amazônico, na região do rio Nhamundá (Baixo Amazonas). E isso tudo é feito partindo de uma inspiração clássica de fazer geografia, procedimento que, ainda assim, não segue uma forma convencional:

Nhamundá é uma variação vocabular de Jamundá, primeiro nome que foi dado ao município em alusão aos índios Jamundá, que habitavam a região.

É um município do estado do Amazonas, localizado no Baixo Amazonas, distante 557 quilômetros de Manaus pela via fluvial. Essa distância, em linha reta, diminui para 375 quilômetros, mas a única forma de se chegar a Nhamundá é navegando pelo rio Amazonas. Os “barcos de linha”, que percorrem grandes distâncias, navegam em média 22 horas para vencer o trecho entre Manaus e Nhamundá. Na época das cheias, no sentido inverso ao da forte correnteza, pode-se levar trinta, quarenta e até sessenta horas de viagem (Lencioni, 2013a, p. 147).

O retrato cuidadoso de Nhamundá lembra importantes elementos da geografia clássica, há muito esquecidos, retomados, desta feita, pela geografia uspiana sob a perspectiva de uma geografia reflexiva, que denuncia e se mostra politicamente engajada. Trata-se de uma descrição densa e poética, que, longe de naturalizar o homem ribeirinho, define-o como um ser histórico, com tradição milenar:

Deve-se evitar a visão que naturaliza o ribeirinho. Essa perspectiva não compreende a sua maneira de viver, sua organização, e sua relação com a natureza, que o difere das plantas e dos animais que sobrevivem nesse ecossistema. Essa visão não percebe que os ribeirinhos são fruto de uma história de longo tempo, de sociedades que se desenvolveram por muitas eras. O homem habita essa região há pelo menos 11 mil anos, sempre integrando o seu ritmo de vida ao ritmo das águas [...] Não expressam apenas uma integração à natureza, mas uma adaptação social às condições históricas (Lencioni, 2013a, p. 123-124).

É, igualmente, um olhar que não reafirma dicotomias, que não se limita à paisagem e que lê o modo de vida por meio da apreensão de um dado cotidiano que enseja o entendimento da diversidade da reprodução social na Amazônia, região que, por sua vez, não é vista de isolada do mundo globalizado e, *ipso facto*, deve ser concebida em sua complexidade:

O cotidiano ribeirinho evidencia a inconsistência da clássica divisão entre o rural e o urbano como dois mundos apartados. Ele participa do mundo rural e do mundo urbano acompanhando o ritmo das águas [...]. Apesar de, à primeira vista, as comunidades ribeirinhas parecerem simples e até mesmo toscas e rudimentares, por conta de seu modo de vida, de suas casas e pela baixa tecnologia envolvida em suas atividades, essas comunidades são complexas, no que diz respeito à sua organização social. Apenas um olhar descuidado, que não percebe a refinada relação do ribeirinho com a natureza, também não percebe tal organização (Lencioni, 2013a, p. 122-123).

O quadro da cena ribeirinha, desenhado com suas palavras, não dissimula e nem desvia olhares, todavia, da percepção crítica e teoricamente informada da vida e do homem ribeirinho, tal como é feito ao reconhecer a presença da sociedade de consumo e da sociedade urbana nesses lugares que só aparentemente se mostram isolados do mundo:

Dispersas ao longo das várzeas dos rios, as comunidades ribeirinhas também estão mergulhadas na sociedade de consumo. O fato de estarem vinculadas ao trabalho nas roças, à criação, e de serem coletores da floresta não significa que estejam isoladas da sociedade, muito embora se insiram de maneira precária na cultura e economia industrial e urbana. O modo de vida associado às mercadorias é mediado pela troca monetária, e suas necessidades não são só as básicas, são também necessidades construídas socialmente e, nesse aspecto, o ribeirinho, tal como o homem das grandes cidades, é seduzido pelos objetos de consumo e pelos desejos impostos pela tecnologia [...] (Lencioni, 2013a, p. 92).

Não se trata de um olhar ribeirinho, evidentemente, posto que não deixa de situar o lugar de onde se fala e se vê – presente, por exemplo, ao descrever Nhamundá como tendo cerca de 15.000 km², cotejando-o ao tamanho da Região Metropolitana de São Paulo, duas vezes menor que esse município do Amazonas –, mas isso não deixa menos rica ou verdadeira a análise que acompanha seu olhar desde a metrópole paulista, onde vive. Mais que isso, trata-se de um exercício que lhe permite transitar por escalas geográficas e de análise e que sugere um deslocamento de seu olhar, que não se fecha em si mesmo.

À guisa de conclusão: **negando Narciso e seus espelhos...**

Nos trabalhos orientados por Sandra Lencioni e em seu próprio sobre a Amazônia, procuramos mostrar que o acúmulo de discussões da EUG faz dessa escola uma importante intérprete da geografia brasileira, buscando entender não só a região mais dinâmica e mais urbanizada do país, mas, igualmente, outras realidades que tocam diretamente a preocupação da geografia uspiana com a realidade socioespacial como totalidade.

E é diante dessa preocupação que a inserção da EUG na Amazônia, além das pesquisas, estendeu-se também a partir de seu potencial de nucleação em cidades como Belém, Manaus, Boa Vista e Porto Velho, na orientação de dissertações e teses, mas também por meio de parcerias diversas. Exemplos dessas parcerias são as experiências de Minter (mestrado interinstitucional) e Dinter (doutorado interinstitucional) entre a USP e a UEA (Universidade do Estado do Amazonas), do projeto Procad-Casadinho (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica), com a UFPA (Universidade Federal do Pará), em Belém, e do novo projeto de Dinter recém-aprovado com a Unifesspa (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), em Marabá. Em grande parte dessas inserções e parcerias, destaca-se uma importante interlocutora.

Não são poucas as publicações dos professores do PPGH-USP sobre a Amazônia nas diversas subáreas do conhecimento geográfico, entre elas, a geografia agrária, a geografia política, a geografia econômica e a geografia urbana. Nestas duas últimas subáreas, a professora Sandra Lencioni tem sido fundamental, seja na preocupação de entender o estado de São Paulo e o Brasil ou em sua contribuição para a interpretação da Amazônia.

Conforme pudemos mostrar por meio de suas produções e orientações, o olhar geográfico uspiano sobre a Amazônia não é etnocêntrico ou geocêntrico a partir da metrópole paulistana – com seus rápidos fluxos, seus arranha-céus, suas oficinas etc. – em relação a um espaço distante e muitas vezes esquecido, marcado pela dominância da floresta. Muito pelo contrário, é um olhar teoricamente informado, culturalmente diverso e politicamente engajado, e, nesse caso, não apenas carregado de teoria, mas que reserva lugar para a poesia e a leveza, olhar esse em que não há espaço para narcisos e seus espelhos...

Referências

- AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais:** a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental – Marabá-PA e Macapá-AP. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- CARLOS, A. F. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.
- CONTEL, F. B. Milton Santos. In: PERICÁS, L. B.; SECCO, L. (Org.). **Intérpretes do Brasil:** clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 393-409.
- COSTA, G. K. G. **A Amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento regional:** o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- LENCIONI, S. Prefácio. In: TRINDADE JR., S.-C. C. **A formação da metrópole belenense (1960-1997).** Belém: Paka-Tatu, 2016. No prelo.
- _____. Prefácio. In: SOUSA, I. S. **A ponte Rio Negro e a reestruturação do espaço na Região Metropolitana de Manaus:** um olhar a partir de Iranduba e Manacapuru. Manaus: UEA Edições, 2015.
- _____. **Habitação ribeirinha na Amazônia.** São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2013a.
- _____. LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A. et al. (Org.). **Metropolização do espaço:** gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013b. p. 17-34.
- _____. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confins,** Paris, v. 14, p. 1-17, 2012.
- _____. Condomínios industriais: um novo nicho dos negócios imobiliários. In: PEREIRA, P. C. X. (Org.). **Negócios imobiliários e transformações socioterritoriais em cidades da América Latina.** São Paulo: Paim, 2011. p. 185-198.
- _____. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar – reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografía Norte Grande,** Santiago, Chile, v. 39, p. 7-20, 2008.
- _____. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,** Barcelona, v. XI, n. 245, p. 1-15, ago. 2007.
- _____. Da cidade e sua região à cidade-região. In: LIMA, L. C.; ELIAS, D.; SILVA, J. B. (Org.). **Panorama da geografia brasileira I.** São Paulo: Annablume, 2006a. v. I. p. 65-76.
- _____. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G. F.; OLIVEIRA, F. G. (Org.). **Metrópole:** governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b. p. 41-58.

- _____. Regiões metropolitanas do Brasil: radiografia da dinâmica recente do emprego industrial e da remuneração do trabalhador. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: Clacso, 2006c. p. 107-118.
- _____. **Memorial**. Memorial acadêmico (Concurso para Professora Titular) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004a. Secção I.
- _____. O processo de metropolização do espaço: uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. In: SCHIFFER, S. (Org.). **Globalização e estrutura urbana**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004b. p. 153-165.
- _____. Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no estado de São Paulo. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização?** Rio de Janeiro: Max Limonad, 2004c. p. 67-77.
- _____. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: LEMOS, A. I. G.; CARLOS, A. F. A. (Org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003a. p. 35-44.
- _____. Cisão territorial da indústria e integração regional no estado de São Paulo. GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Unesp, 2003b. p. 465-475.
- _____. **Região e geografia. São Paulo: Edusp, 1999.**
- _____. Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 6., Buenos Aires. **Actas...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997. 1 CD-ROM.
- _____. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 38, p. 54-61, 1994a.
- _____. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994b. p.198-210.
- _____. **Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo – a indústria têxtil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- _____. **Agricultura e urbanização: a capitalização no campo e a transformação da cidade – Jardinópolis, o estudo de um lugar**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- LIMA, M. C. **Quando o amanhã vem ontem: a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia ocidental**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MONTEIRO, C. A. F. **A geografia no Brasil (1934-1977)**. São Paulo: Igeog-USP, 1980.
- OLIVEIRA, C. F. F. **Água e saneamento básico: a atuação do grupo Suez em Limeira e Manaus**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PPGH-USP. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. **As linhas de pesquisa**. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <http://ppgh.fflch.usp.br/index.php/pt/linhas-pesquisa>. Acesso em: 4 jan. 2016.
- SILVA, J. B. **França e a Escola Brasileira de Geografia: verso e reverso**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.
- SIMONI SANTOS, C. **A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2015.
- SOUSA, I. S. **A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SUZUKI, J. C. **De povoado a cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- TRINDADE JR., S.-C. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- USP. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Biblioteca digital de teses e dissertações**. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/>. Acesso: 31 jan. 2016.
- VALLE, G. J. T. **A cidade do esquecimento: Manaus entre a memória das ausências e as ausências da memória**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.